

ATO DPGE Nº 033- DPGE, DE 30 DE ABRIL DE 2025

Cria a Coordenação de Projetos Especiais e Inovação no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e dá outras providências.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Estadual nº 19, de 11 de janeiro de 1994 e pelo art. 97-A da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que se extrai do artigo 134, da Constituição Federal, a missão constitucional da Defensoria Pública de prestar orientação jurídica e a defesa dos direitos humanos, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados;

CONSIDERANDO que é função institucional da Defensoria Pública, na forma do artigo 4º, inciso X, da Lei Complementar nº.80/94, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

CONSIDERANDO as garantias constitucionais de acesso à justiça (art.5º, inciso XXXV) e da duração razoável do processo (art.5º, LXXVIII);

CONSIDERANDO a importância da busca permanente para aprimorar os serviços prestados pela Defensoria Pública, modernizando sua gestão e adotando soluções inovadoras que ampliem o seu impacto social;

CONSIDERANDO a função institucional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão para exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei, nos termos do artigo 4º, inciso XVI, da Lei Complementar nº.80/94 e do artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 19/94;

CONSIDERANDO a nova configuração do Grupo de Apoio Especializado de Defesa no Tribunal do Júri, o crescente aumento de solicitações e a necessidade de criação de um fluxo mais efetivo;

CONSIDERANDO a previsão legal do artigo 17, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº.19/94, que autoriza o Defensor Público-Geral a designar, através de portaria, qualquer Defensor Público para o desempenho de atividades administrativas e processuais afetas à instituição, com ou sem prejuízo dos atuais interesses do cargo;

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Defensoria Pública e Ministério Público do Estado do Maranhão (TCOOPTEC - GCGJ 12024) com o objetivo de compartilhar estratégias, diretrizes e procedimentos visando reduzir a morosidade processual, efetivando a prestação jurisdicional e o amplo acesso à justiça.



RESOLVE:

Art. 1º. Criar a Coordenação de Projetos Especiais e Inovação no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, vinculada administrativamente ao Gabinete da Defensoria Pública Geral, que indicará o/a membro/a que irá desempenhar os trabalhos respectivos.

Art. 2º Coordenação de Projetos Especiais e Inovação atuará na execução de políticas e programas institucionais, que tenham o objetivo de fomentar a cultura da inovação e desenvolver práticas que promovam a melhoria contínua dos serviços prestados pela instituição.

Art. 3º Caberá ao Defensor Público-Geral, selecionar os projetos especiais e as iniciativas inovadoras que estejam alinhadas com os objetivos da coordenação regulada neste ato.

§1º O plano de trabalho de cada projeto selecionado deverá ser elaborado pelo/a coordenador/a e apresentado ao Defensor Público-Geral, incluindo o cumprimento de objetivos e a metodologia do trabalho a ser desenvolvida.

§2º O/A coordenador/a será indicado/a pelo Defensor Público-Geral.

Art. 4º São considerados projetos afetos à Coordenação de Projetos Especiais e Inovação, dentre outros:

I - a representação e a defesa judicial da Defensoria Pública no exercício da função de curador/a especial, em conformidade com a legislação vigente, nas unidades defensoriais compreendidas no plano de trabalho apresentado;

II - a coordenação das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Apoio Especializado de Defesa no Tribunal do Júri, compreendendo as seguintes atribuições:

- a. organizar a atuação estadual do grupo e a distribuição de processos, atribuições, escala proporcional de plenárias e prazos na atuação dos membros/as;
- b. receber e encaminhar ao Grupo de Apoio Especializado de Defesa no Tribunal do Júri para discussão os processos em que o grupo atuará, otimizando o fluxo de solicitações;
- c. comunicar ao Gabinete do Defensor Público Geral para que promova a competente designação para atuação no plenário do Tribunal do Júri de cada membro/a, consoante pedidos encaminhados, observando a preferência dos/as representantes de cada polo;
- d. dar publicidade, através do e-mail funcional, aos pareceres relativos ao desenvolvimento de metodologia de atuação da Defensoria Pública no plenário do Tribunal do Júri e a questões práticas e teóricas a respeito da atuação da Defensoria Pública nos julgamentos perante o Tribunal do Júri;
- e. presidir as reuniões do Grupo de Apoio Especializado de Defesa no Tribunal do Júri;
- f. comunicar ao Defensor Público-Geral acerca da necessidade de solicitar ao Poder Judiciário a concentração de audiências a fim de otimizar o funcionamento e prestação do serviço, bem como a intimação prévia da Defensoria Pública, que avaliará a medida;
- g. remeter ao Defensor Público Geral, mensalmente, um relatório acerca das atividades exercidas pelo Grupo de Apoio Especializado de Defesa no Tribunal do Júri;

III - a atuação na execução de outros projetos das Instituições do Sistema de Justiça voltados para a efetivação do acesso à justiça, quando for hipótese legal de atuação da Defensoria Pública, consoante designação do Defensor Público-Geral;



Art. 5º. A Defensoria Geral avaliará a atuação da Defensoria Pública executada por meio da presente coordenação e, se necessário, fará as adequações que se mostrarem pertinentes.

Art. 6º. As atividades descritas neste Ato não excluem outras iniciativas e práticas de modernização que disseminem a cultura da inovação, da experimentação e a geração de ideias por parte de defensores/as, servidores/as e colaboradores/as na atuação da Defensoria Pública.

Art. 7. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado do Maranhão, em São Luís – MA, 30 de abril de 2025.

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES

Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão

